

## POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : FSP

CLASS. : 322

DATA : 02 09 87

PG. : A-6

311

*D. Luciano revela encontro com Bayma Denys*

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, 56, disse ontem, em São Paulo, que se reuniu, por iniciativa própria, com o ministro-chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN), general Rubens Bayma Denys, em Brasília, em 15 de agosto, para debater a série de denúncias do jornal "O Estado de S. Paulo" contra o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão vinculado à CNBB.

Segundo d. Luciano, Bayma Denys lhe afirmou, depois de ter ouvido a versão da Igreja sobre as denúncias de "uma conspiração internacional" envolvendo o Cimi, que só se deixaria levar pelos fatos e não pelas acusações que constam dessas reportagens, embora possa haver posições diferentes entre Igreja e governo quanto aos métodos de promoção dos indígenas.

**Costa Couto**

D. Luciano disse ter procurado, também, para discutir o mesmo assunto, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto.

Na opinião do presidente da CNBB, "nesse caso não está em questão o tema da soberania nacional, como



D. Luciano, presidente da CNBB



Bayma Denys, do Gabinete Militar

inicialmente poderia parecer, pois o Cimi sempre defende a unidade do país, embora sublinhando o direito dos índios à própria cultura e organização".

Segundo ele, "se a questão fosse a soberania nacional e a necessidade de evitar ingerências multinacionais, deveria excluir-se, por coerência, qualquer hipótese de exploração de minério por empresas estrangeiras".

Quanto ao substitutivo preparado pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral

(PMDB-AM), d. Luciano pediu "maiores estudos sobre a posse da terra por nações indígenas nômades, por expulsão de suas terras" e sobre "a garantia dos direitos adquiridos pelos índios em fase avançada de aculturação".

Ele defendeu ainda a permanência dos missionários "que reconhecidamente defendem a causa indígena contra a entrada de empresas mineadoras e outras" junto aos grupos de índios.